

CARTA DE BRASÍLIA

As entidades, associativas e sindicais, representativas de trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público, abaixo signatárias, integradas à Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, tendo em vista a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019, que propõe modificar o sistema de Previdência Social, encaminhada à Câmara dos Deputados pelo governo federal em 20 de fevereiro de 2019, vêm a público declarar o que segue:

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019 propõe o desmonte e dizimar a atual estrutura de proteção social dos brasileiros, instituído pela Constituição Cidadã de outubro de 1988.

Sob a justificativa da insustentabilidade do sistema previdenciário, o governo fez a opção política por reduzir os direitos sociais de todos os trabalhadores brasileiros, em especial das camadas mais empobrecidas.

A PEC 06/19 visa reduzir a carga tributária das corporações empresariais, aumentar a lucratividade dos conglomerados financeiros e manter a política de elevados gastos tributários (isenções e renúncias fiscais).

Sob o argumento falacioso de que se não mudar a previdência social, o Brasil quebra, o governo implode nosso “welfare state”, o sistema de Seguridade Social instituído pela Constituição Cidadã de 1988.

Primeira questão, e talvez a mais importante, a PEC 6/19, retira do texto constitucional todas as regras de concessão de benefícios previdenciários a trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, remetendo para posterior legislação complementar, gerando insegurança jurídica sem precedentes na recente história nacional.

Segunda questão, a mais ambicionado pela ganância dos mercadores do sistema financeiro, determina o fim da previdência social sob o regime de repartição simples, onde os trabalhadores da ativa, governos e empregadores garantem a aposentadoria dos seus concidadãos, criando o regime de capitalização individual.

A partir de lei complementar posterior, todos os trabalhadores e trabalhadoras somente poderão almejar alguma dignidade, ainda que mínima, ao fim da vida laborativa, se caírem no colo dos bancos e instituições financeiras que vendem planos e aplicações com este fim, em pacotes e contas individualizadas.

Situação semelhante, ou pior do que aconteceu nos vizinhos andinos do Chile, onde passados 38 anos da privatização da previdência, os idosos estão cometendo suicídio ou mendigando pelas ruas das cidades, em razão do golpe que foram vítimas. Isso, por terem contribuído por mais de três décadas e as “maravilhosas” aposentadorias prometidas terem virado pó, ou quase.

Além disso, há regras de transição extremamente draconianas na proposta da PEC 06/2019, promovendo rupturas para quem já está no mercado de trabalho, seja nas empresas ou no serviço público, além de inconstitucionalidades e das maldades do miserável Benefício de Prestação Continuada (BPC) de R\$ 400, da idade mínima de aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, da idade e tempo de contribuição igual para professores e professoras, do fim da obrigatoriedade de recolhimento do FGTS e do pagamento de multa de 40% a aposentados que retornem ao trabalho, da necessidade de contribuição mensal para o INSS e de idade (60 anos) e tempo de contribuição mínimo (20 anos) igual para trabalhadores e trabalhadoras rurais (já bastante atacados com a MP 871/19, que retira dos sindicatos o direito de apresentação da declaração de comprovação de trabalho rural de seus associados, transferindo para entidades e órgãos públicos essa comprovação), da retirada do abono do PIS de mais de 20 milhões de trabalhadores que ganham entre 1 e 2 salários mínimos, de confisco de renda com o aumento do desconto da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos para até 22%, além da falta de critérios e prazos de transição para servidores públicos admitidos antes de 2004.

Pelo exposto, as entidades reafirmam sua disposição de lutar contra esta maldade perpetrada pelo atual governo, combatendo com todas as forças e mobilização o conjunto de medidas que compromete o futuro de milhões de brasileiros.

Brasília (DF), 20 de março de 2019.